

PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERAPIA NA ATENÇÃO BÁSICA

Jessica Werpp Bonfante¹, **Ana Carolina Stein**², **Nícolas Artifon Dorneles**³, **Janete Catarina Martins Corrêa Haider**⁴, **Leticia Damassini**⁵, **Juliana da Silveira Gonçalves**⁶,
Eduarda Spolti⁷

¹UNISINOS, (jessicawerpp8@gmail.com.br)

² UNISINOS, (stein.carolina.ana@gmail.com)

³ UFRGS, (dornelesnicolas@gmail.com)

⁴ UNISINOS, (janetehaider@unisinis.br)

⁵ UNIVATES, (leticia.damassini@gmail.com)

⁶ UNIVATES, (jusg.nutri@gmail.com)

⁷ UNIVATES, (Eduarda_spolti@yahoo.com)

Resumo

Introdução: As plantas são utilizadas culturalmente há muitos anos para aliviar dores e tratar enfermidades. A utilização dos fitoterápicos vem crescendo em diversos países. Por processo de industrialização se tornaram medicamento fitoterápico, sendo padronizados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), permitindo maior segurança no seu uso. Desde 2006, houve a implantação de fitoterápicos no Sistema Único de Saúde (SUS) e na Atenção Básica regulamentada pela Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). **Objetivos:** Revisar a importância dos fitoterápicos e compreender sua utilização na Atenção Básica. **Métodos:** Revisão bibliográfica realizada através de bases de dados científicos, como SciELO, Pubmed e LILACS. Foram incluídos artigos científicos recentes, além de clássicos da literatura sem restrição de data e idioma de publicação. **Resultados:** Os fitoterápicos sempre foram utilizados pelo saber popular e tradicional para tratamento de diversas doenças. São opções úteis quanto à prevenção e tratamento, que afetam a população em geral, garantindo a estes, acesso de forma segura, eficaz, de qualidade e de certa forma, integrado a atenção primária à saúde. **Considerações Finais:** Mesmo diante dos desafios encontrados para a implementação desta prática do uso de plantas medicinais e a fitoterapia, ela apresenta um papel muito importante na Atenção Básica, tanto para melhoria da saúde quanto para tratamento de doenças, conquistado mais espaço e confiança, tanto por parte dos profissionais de saúde, quanto dos usuários.

Palavras-chave: Fitoterapia; Atenção primária; Plantas medicinais.

Área Temática: Inovações e Tecnologias na Fitoterapia

Modalidade: Trabalho completo

1 INTRODUÇÃO

Com o processo de evolução e necessidades, o ser humano passou a aprender a utilizar as plantas tanto para seu consumo, quanto para aliviar dores e controlar doenças, onde muitos povos passaram a dominar os saberes das ervas medicinais (FERREIRA; PINTO, 2010). Por muitas vezes, patologias são tratadas sem consulta ou prescrição médica, onde a ação terapêutica de uma planta é utilizada no tratamento de diversas enfermidades (FIGUEREDO; GURGEL; GURGEL JUNIOR, 2014). Desta forma, percebemos que o uso de plantas medicinais e da fitoterapia já fazem parte das práticas culturais, principalmente da população de baixa renda (BRUNING; MOSEGUI; VIANNA, 2012).

Os fitoterápicos são plantas medicinais que passaram por processo de industrialização para se tornar um medicamento. Dessa forma, evita-se contaminações por meio de microorganismos e substâncias estranhas, além de ser padronizado uma quantidade correta regularizada, permitindo, uma maior segurança no uso dos fitoterápicos comercializados. Eles podem também ser manipulados de acordo com a necessidade de cada indivíduo, mas esta prescrição deve vir de um profissional legalmente habilitado.

No Brasil, temos legislações específicas para uso da fitoterapia. A primeira edição sobre fitoterápicos foi adicionada a farmacopeia brasileira no dia 26 de janeiro de 1999, por meio da Lei nº 9.782, que passou por algumas ampliações estando na resolução da diretoria colegiada (RDC) no ano de 2016 e 2018, onde tivemos a última atualização na legislação sobre fitoterapia por meio da RDC nº 225, de 11 de abril de 2018 (ANVISA, 2018).

Com melhores determinações estabelecidas pela Lei, percebemos que a utilização de plantas medicinais em diversos países é crescente como prática médica integrativa. Em nosso país cada vez mais temos o apoio das políticas públicas para que essa prática se torne uma realidade na Atenção Básica e também contamos com um facilitador que é a nossa vasta biodiversidade de vegetais. O Ministério da Saúde (MS) está procurando investir na implementação de programas em todas as regiões do país visando a utilização da fitoterapia como complemento do Sistema Único de Saúde (SUS) (SANTOS et al., 2011).

Na prática da Atenção Básica, desde 2006 foi aprovado conforme recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC) que contempla diretrizes para implantação entre outros serviços de acupuntura, homeopatia, plantas medicinais e fitoterapia. No mesmo ano, mais focado a cadeia das plantas medicinais foi aprovada a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF).

Desta forma, precisamos aliar a utilização milenar das plantas medicinais e o saber popular ao meio técnico e científico, permitindo assim construir de maneira conjunta a terapêutica dos fitoterápicos na Atenção Básica, aproximando a população das equipes de saúde, valorizando a cultura e auxiliando na capacitação dos profissionais (VALVERDE; SILVA; ALMEIDA, 2018). Desse modo, o objetivo deste estudo foi perceber a importância dos fitoterápicos para benefícios a saúde. Verificar e compreender sua utilização na Atenção Básica.

2 MÉTODO

Realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre a importância da fitoterapia e sua utilização na Atenção Básica. Para tal, foi utilizado como banco de dados: Scientific Electronic Library Online – SciELO, National Library of Medicine - Pubmed e da Literatura Latino-americana- na e do Caribe em Ciências da Saúde - LILACS. Para descritores foram utilizados os termos: fitoterapia, fitoterápicos, plantas medicinais, atenção básica e atenção primária.

Os levantamentos dos estudos referentes ao tema escolhido incluíram pesquisas recentes, priorizando artigos científicos dos últimos cinco anos, além de clássicos da literatura sem restrição de data e idioma de publicação, revisões sistemáticas e meta-análises dos ensaios clínicos, randomizados, duplos-cegos e controlados referentes ao assunto. Além disso, foram pesquisados livros técnicos e teses relacionadas ao tema principal do estudo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Historicamente, as plantas medicinais são importantes aliados à saúde humana, sendo através do reino vegetal que temos a descoberta de novos medicamentos. A utilização cultural de plantas advindas da natureza para fins terapêuticos é milenar, onde há muito tempo atrás foram fundamentais, servindo como base para a melhoria da saúde e para alimentação dos antigos (BRASIL, 2012). Atualmente, percebemos certo crédito nas pessoas em utilizar plantas medicinais para doenças de menor gravidade, corriqueiras, como infecções de pele, gripes, problemas digestórios, etc., onde há repasse de conhecimentos entre familiares e amigos, mas é necessário cuidado e um uso criterioso para não ocorrer malefícios, nesse contexto entram os profissionais da saúde (FIGUEREDO; GURGEL; GURGEL JUNIOR, 2014).

Utilizados há muitos anos, mas de outras formas, os fitoterápicos são medicamentos exclusivos de vegetais, não sendo considerado aquele que na sua composição possui substâncias sintéticas, nem as associações dessas com extratos vegetais ou outras drogas alopáticas, eles têm seus efeitos e riscos, podendo causar intoxicação se não utilizados adequadamente

(ANVISA, 2018). No Brasil, a fitoterapia foi implantada como uma terapêutica integrativa, sendo um meio eficaz, de baixo custo operacional e muito útil aos programas de atenção primária à saúde. Tanto a PNPIC, quanto PNPMF, organizadas em 2006, vão ao encontro das diretrizes e princípios do SUS, englobando toda a cadeia produtiva das plantas medicinais e também dos produtos fitoterápicos. O Brasil mostra ter um grande potencial para a produção e desenvolvimento dessa terapêutica, por possuir a maior diversidade vegetal do mundo, com ampla sociodiversidade, sendo vinculado este uso das plantas medicinais ao conhecimento tradicional e a tecnologia, para validar através de estudos científicos estes conhecimentos, tornando-os mais seguros e fidedignos (BRASIL, 2015).

Além das legislações citadas, alguns municípios, possuem suas próprias políticas e legislações específicas no que diz respeito ao uso de fitoterápicos com utilização no SUS, envolvendo laboratórios de manipulação, produção e a Atenção Básica, onde as plantas medicinais são disponibilizadas nas formas: in natura, droga vegetal seca, fitoterápico industrializado e fitoterápico manipulado. (BRASIL, 2012).

A fitoterapia tem um papel muito importante na Atenção Básica, tanto para melhoria da saúde quanto para tratamento de doenças. Porém, é necessário saber exatamente qual a melhor forma de utilização para cada indivíduo, adequando as necessidades individuais de cada um, buscando a solução mais adequada (MEDEIROS et al., 2018). Sua utilização como prática terapêutica no SUS necessita de planejamento e instrução para educação em saúde, buscando uma gestão inclusiva e participativa da comunidade para fortalecimento das políticas públicas (VALVERDE; SILVA; ALMEIDA, 2018). A participação da comunidade está ligada a aceitação dessa proposta terapêutica, onde o conhecimento popular e tradicional das comunidades quanto ao uso medicinal das plantas pode se tornar uma prática adicional ao cotidiano das Unidades Básicas de Saúde (UBS), mostrando suas experiências quanto ao uso das plantas e seus preparos, fazendo com que a população sinta-se mais acolhida pelas equipes de saúde do seu território, elevando sua autoestima e reforçando a importância da atenção primária como porta de entrada do sistema de saúde (BRASIL, 2015).

É muito importante que quando os profissionais da saúde tenham a sua disposição o uso dos fitoterápicos como prática integrativa que eles questionem seus pacientes sobre seus conhecimentos a respeito das plantas e como as utilizam, valorizando seus saberes (FIGUEREDO; GURGEL; GURGEL JUNIOR, 2014). Essa valorização cultural na utilização dos fitoterápicos está diretamente ligada a troca de saberes, onde existe maior intenção de uso entre as pessoas que possuem maior conhecimento, revelando assim a importância de se obter programas de educação para a população e capacitação dos profissionais de saúde, além de

haver diminuição nos custos com medicamentos (ROSA; CÂMARA; BÉRIA, 2011). Nesse sentido a interação entre profissionais e comunidade, através de encontros e reuniões proporciona educação em saúde, fortalecendo o aprendizado para a população, estimulando sua autonomia e priorizando assim a redução da medicalização excessiva. Nesse contexto, observa-se que o uso de fitoterápicos reduz o uso de medicamentos ansiolíticos, visando os cuidados e os recursos terapêuticos. Portanto, o acesso da população à esta prática e aos benefícios oferecidos pela fitoterapia na Atenção Básica, torna-se um campo fértil para o desenvolvimento de potencialidades de forma multiprofissional (BRASIL, 2015).

As plantas medicinais bem como o uso de fitoterápicos na ação de promoção e prevenção inseridas no SUS, fortalece a expansão da saúde da família facilitando assim a implementação deste programa e a inserção da comunidade com as equipes de saúde, dando ênfase ao cuidado integral em saúde, com autonomia e participação popular (SOUZA, 2008 apud RODRIGUES, 2011).

Os conhecimentos populares e culturais estão muito presentes em se tratar de plantas medicinais. Em pesquisa realizada em uma UBS com profissionais da saúde (médicos, enfermeiros, auxiliar de enfermagem e técnica de enfermagem), acerca dos seus conhecimentos sobre fitoterápicos, observou-se que a maioria tinha conhecimento populares sobre os fitoterápicos apenas dois possuíam treinamento e prescreviam esses medicamentos, mas de forma unânime todos eram favoráveis a utilização de plantas e acreditavam que trariam benefícios a saúde (BRUNING; MOSEGUI; VIANNA, 2012). Em outro estudo, da mesma forma, quando questionados os profissionais de saúde de uma Unidade de Saúde Familiar (USF), sobre seu posicionamento em relação ao uso dos fitoterápicos como prática no SUS, mostrou que a maioria era favorável. Na mesma oportunidade, foram questionados os médicos sobre pontos positivos da prescrição de fitoterápicos, onde relataram: 75% o baixo custo, 50% o menor efeito colateral e 40% o fácil acesso de preparações simples e caseiras, mas somente 10% citou confiar nos efeitos terapêuticos das plantas (Albuquerque et al., 2020).

Em outra pesquisa realizada em uma Estratégia de Saúde da Família (ESF), envolvendo a opinião dos profissionais sobre fitoterápicos, apresentou que em sua maioria eles acreditavam nos efeitos das plantas medicinais, que os conhecimentos adquiridos vinham de família, que em algum momento prescreveram aos seus pacientes e que eles demonstravam interesse nessa utilização e que tanto os profissionais quanto seus familiares utilizavam com frequência essas práticas (MATTOS et al., 2018). Esse interesse dos pacientes relatado pelos profissionais é confirmado por um estudo realizado com usuários de uma ESF sobre a utilização de plantas medicinais, onde eles relataram em sua maioria utilizar essa prática, que os conhecimentos

foram repassados por avós e mães, que utilizam por ser algo mais natural, por possuírem alguma doença e que os cultivam em seus quintais (VALVERDE; SILVA; ALMEIDA, 2018). Em outro estudo realizado com 50 pessoas adeptas ao uso da fitoterapia, Rodrigues e Gomide (2019), concluem as plantas medicinais são utilizadas em sua maioria por indicação de conhecidos (84,62%) e não por intermédio de profissionais da saúde, que corresponderam a apenas 8,97%.

Mesmo com crescente participação por parte dos médicos e pacientes na utilização da fitoterapia, ainda temos muito desafios e precisamos de mais esforços governamentais para que essa prática faça realmente parte da atenção primária e possa auxiliar na melhora da qualidade de vida das pessoas (BORGES; SALES, 2018). Segundo Hansenclever et al., (2017), o declive na indústria de produção de medicamentos fitoterápicos, a necessidade de mais investimentos em pesquisas, para melhores inovações e para que se consiga maior aproveitamento da biodiversidade de nosso país. Meneguelli et al., (2017), destaca que o uso tradicional dos fitoterápicos está se perdendo pela falta de repasse de informações de geração em geração, aos mais jovens.

Outro grande desafio para a utilização de fitoterápicos segundo Mattos et al., (2018) é que mesmo com os incentivos do Ministério da Saúde ainda falta instrução para que os profissionais prescrevem esses medicamentos, muitos profissionais da atenção primária ainda apresentam dificuldades em prescrever e orientar sobre o uso de fitoterápicos (ANTONIO et al; 2014). Da mesma forma, Varela e Azevedo (2014), abordam o relato de médicos que mesmo sendo aptos não se sentem preparados para prescrição, onde muitos, ainda não compreendem fitoterápicos como meios para promoção de saúde utilizando-os apenas para prevenção de agravos (LIMA, SILVA, TESSER; 2014).

Além de todos estes desafios, também existem dificuldades nas indústrias. Questões ligadas à produção, onde a qualidade precisa ser preservada e a burocracia, que muitas vezes causa demora para chegada ao patrimônio genético. Da mesma forma, problemas encontrados por gestores públicos como a falta de agilidade na execução de estratégias governamentais com dificuldades na coordenação de questões burocráticas interferem na cadeia produtiva da industrialização de fitoterápicos (HASENCLEVER et al., 2017).

Diante disso, para uma inserção mais eficaz das práticas integrativas na Atenção Básica, uma solução talvez, segundo Antônio e colaboradores (2014), seria perceber a importância da qualificação no meio da saúde. Da mesma forma, Mattos et al., (2018), abordam a implementação do uso de fitoterápicos por meio da Secretaria Municipal de Saúde para profissionais da saúde dispostos à capacitação para prescrição dos mesmos. Sendo opções úteis

quanto à prevenção e tratamento de doenças e agravos que afetam a população em geral, garantindo a estes, acesso às plantas medicinais e fitoterápicos, de forma segura, eficaz, de qualidade e integrada a atenção primária à saúde.

5 CONCLUSÃO

Mesmo com todos os desafios para implantação do uso de plantas medicinais como terapia complementar, com o passar do tempo, a fitoterapia conquistou credibilidade tanto entre os profissionais da saúde quanto com a população em geral, sendo utilizada tanto para tratamento, quanto para promoção da saúde, fazendo com que os conhecimentos populares sejam valorizados, desenvolvendo autonomia e aproximando as pessoas da equipe de saúde sendo visíveis os inúmeros benefícios de sua utilização na Atenção Básica e na busca por uma melhor qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, H.N.; CERQUEIRA, L.R.O.; ALBUQUERQUE, I.C.S.; CERQUEIRA, J.S. O uso da fitoterapia nas unidades estratégia saúde da família em Campina Grande - PB. **Revista Eletrônica da FAINOR**, v.13. n.1. p.101-123, 2020.
- ANTONIO, G.D.; TESSER, C.D.; MORETTI-PIRES, R. OTAVIO. Fitoterapia na atenção primária à saúde. **Revista Saúde Pública**, v.48. n.3. p.541-553, 2014.
- AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA. **Medicamentos fitoterápicos e plantas medicinais**, 2018.
- AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA. **Formulário de Fitoterápicos Farmacopéia Brasileira**. Primeiro Suplemento Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. 1ª edição 2018.
- BORGES, F.V.; SALES, M.D.C. Políticas públicas de plantas medicinais e fitoterápicos no Brasil: sua história no sistema de saúde. **Pensar Acadêmico**, v.16. n.1. p.13-27, 2018.
- BRASIL**. Ministério da Saúde- Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso. 2. ed. Brasília, 2015.
- BRASIL**. Lei nº 9.782, de 26 de Janeiro de 1999. Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.
- BRASIL**. RDC nº 225, de 11 de abril de 2018. Dispõe sobre a aprovação do 1º Suplemento do Formulário de Fitoterápicos da Farmacopeia Brasileira, 1ª edição.
- BRUNING, M.C.R.; MOSEGUI, G.B.G.; VIANNA, C.M.M. A utilização da fitoterapia e de plantas medicinais em unidades básicas de saúde nos municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu

– Paraná: a visão dos profissionais de saúde. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v.17. n.10. p.2675-2685, 2012.

FERREIRA, V.F.; PINTO, A.C. A fitoterapia no mundo atual. **Química Nova**, v.33. n.9. p.1829, 2010.

FIGUEREDO, C.A.; GURGEL, I.G.D.; GURGEL JUNIOR, G.D. A Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos: construção, perspectivas e desafios. **Revista de Saúde Coletiva**, v.24. n.2. p.381-400, 2014.

HASENCLEVER, L.; PARANHOS, J.; COSTA, C.R.; CUNHA, G.; VIEIRA, D. A indústria de fitoterápicos brasileira: desafios e oportunidades. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v.22. n.8. p.2559-2569, 2017.

LIMA, K.M.S.D.; SILVA, K.L.; TESSER, C.D. Práticas integrativas e complementares e relação com promoção da saúde: experiência de um serviço municipal de saúde. **Interface Botucatu**, v.18. n.49. p.261-272, 2014.

MATTOS, G.; CAMARGO, A.; SOUSA, C.A.; ZENT, A.L.B. Plantas medicinais e fitoterápicos na Atenção Primária em Saúde: percepção dos profissionais. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v.23. n.11. p.3735-3744, 2018.

MEDEIROS, CD.; CORDEIRO, S.A.; PONTES, E.D.S.; LIMA, M.W.S.; MEDEIROS, F.D. Fitoterapia E Sua Aplicação na Atenção Básica de Saúde. **International Journal of Nutrology**. v.11. n.01. p.24-327, 2018.

MENEGUELLI, A.Z.; RIBEIRO, S.B.; LIMA JÚNIOR, G.A.; SPIROTTTO, E.O.; SOUZA, J.H.G. A utilização de plantas medicinais e fitoterápicos na saúde pública brasileira. **Revista Enfermagem e Saúde Coletiva**, v.1. n.1. p.2-12, 2017.

RODRIGUES, M.L.F.; GOMIDE, M. Acesso à fitoterapia na Atenção Básica em saúde através da Análise de Redes Sociais (ARS). **Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales**, v.30. n.2. p. 244-253, 2019.

ROSA, C.; CÂMARA, S.G.; BÉRIA, J.U. Representações e intenção de uso da fitoterapia na Atenção Básica à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.16. n.1. p. 311-318, 2011.

SANTOS, R.L.; GUIMARÃES, G.P.; NOBRE, M.S.C.; PORTELA, A. S. Análise sobre a fitoterapia como prática integrativa no Sistema Único de Saúde. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, Botucatu, v.13. n.4. p.486-491, 2011.

VALVERDE, A.V.; SILVA, N.C.B.; ALMEIDA, M.Z. Introdução da Fitoterapia no SUS: contribuindo com a Estratégia de Saúde da Família na comunidade rural de Palmares, Paty do Alferes, Rio de Janeiro. **Revista Fitos**, v.12. n.1. p.27-40, 2018.



Congresso Nacional de Inovações em Saúde

doity.com.br/conais2021

VARELA, D.S.S.; AZEVEDO, D.M. Saberes e práticas fitoterápicas de médicos na estratégia saúde da família. **Revista Trabalho Educação e Saúde**, v.12. n.2. p.273-290, 2014.

